

**REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS DA COMJIB**  
**PREPARATÓRIA DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA**

**BUENOS AIRES**

**ATA**

Foi celebrada, na cidade de Buenos Aires, Argentina, a 11 de dezembro de 2018, a reunião de Coordenadores Nacionais preparatória da Assembleia Plenária Extraordinária de 12 e 13 de dezembro de 2018.

Estiveram presentes os representantes dos Ministérios de Justiça e autoridades homólogas da COMJIB de Andorra, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

E, reunidos, acordaram:

1. Agradecer ao Ministério de Justiça e Direitos Humanos da Argentina pela organização desta reunião e pelo apoio económico para a sua celebração, assim como à AECID pelo apoio financeiro concedido para celebrar a reunião.
2. Dar as boas-vindas ao Principado de Andorra como novo membro de pleno direito da COMJIB.
3. Dar por conhecido o Relatório sobre a situação da Secretaria-Geral Adjunta e recomendar a sua aprovação pela Assembleia Plenária Extraordinária da COMJIB, que terá lugar nos dias 12 e 13 de dezembro de 2018, assim como o trabalho realizado pelos Secretários-Gerais Adjuntos de Espanha, México e República Dominicana e pela Comissão Delegada, desde a data em que produziu efeitos a renúncia apresentada pelo Secretário-Geral, a 4 de setembro de 2018, assim como o que foi acordado na Reunião que teve lugar nos dias 1 e 2 de outubro de 2018, em Madrid.
4. Recomendar à Assembleia Plenária a manutenção da atual Comissão Delegada e dos Secretários-Gerais Adjuntos em funções, para que continuem a trabalhar como têm vindo a fazer desde a renúncia do Secretário-Geral até à eleição do

novo titular da Secretaria-Geral, na próxima Assembleia Plenária Ordinária de 2019.

5. Tomar conhecimento da renúncia do Secretário-Geral, reconhecer a difícil situação financeira da COMJIB, a preocupação sobre a delicada situação existente e as consequências eventualmente decorrentes da avaliação à subvenção 2014 que, atualmente, a AECID se encontra a efetuar. Submeter ao conhecimento da Assembleia Plenária Extraordinária este Relatório.
6. Dar por conhecido e submeter a aprovação e auditoria o Relatório Económico de 2017, juntamente com o seu Balanço e a Conta de Ganhos e Perdas.
7. Que, em cumprimento do acordado na Declaração de Quito assinada por ocasião da realização da Assembleia Plenária de Quito, de 2017, quanto à natureza obrigatória das quotas, recomendar aos Estados-Membros que diligenciem internamente no sentido de proceder à regularização dos respetivos pagamentos até 2018. A Secretaria-Geral colherá esta informação junto dos respetivos Coordenadores Nacionais.
8. Dar por conhecido e apresentar à Assembleia Extraordinária, para sua aprovação, o orçamento de funcionamento da Secretaria-Geral para 2019.
9. Tomar conhecimento do Tratado Relativo à Transmissão Eletrónica de Pedidos de Cooperação Jurídica Internacional entre Autoridades Centrais e da necessidade de proceder à sua assinatura com a maior brevidade.
10. Dar por conhecidas as duas opções de escala de quotas apresentadas e comunicá-las à Assembleia Extraordinária para a seleção da escala obrigatória de referência para 2019 (Anexo 1). Propor à Assembleia Plenária Extraordinária que promova um debate sobre a situação das quotas.
11. Confirmar as Linhas de trabalho para 2019 e respetivos países que as lideram, da seguinte forma:
  - a. Acesso à Justiça e sinergias com PIAJ - Chile (POA 2017);
  - b. Novas tecnologias aplicadas à administração de Justiça – Portugal;

- c. Cooperação jurídica internacional: IberRed, incluído o combate ao crime organizado transnacional – Espanha;
- d. Reforma dos sistemas penitenciários e o seu comité - República Dominicana;
- e. Comité de Género sob a liderança da Ministra de Justiça da Colômbia, exercendo a Presidência cedida pela Costa Rica, e a Vice-Presidência pelo Ministro de Cuba.

Agradecer o apoio concedido pela AECID para continuar a desenvolver estas linhas de trabalho, em especial a reformulação do POA 2017 apresentado pela Secretaria-Geral e, atualmente, em estudo.

12. No que concerne ao fortalecimento institucional, concentrar o trabalho em torno da elaboração dos documentos seguintes, mediante a delegação aos países interessados em participar nos trabalhos tendo em vista a conclusão das propostas e recomendar, na Assembleia Plenária Extraordinária, que os países expressem esse interesse em acompanhar o ou os países que elaboraram os documentos originais:
  - a. Regulamento de funcionamento: por definir com Portugal;
  - b. Regulamento financeiro: por definir com a Secretaria-Geral
  - c. Código ético: por definir;
  - d. Organograma e termos de referência END: por definir;
  - e. Incluir a elaboração do perfil do Coordenador Nacional e das suas funções: por definir.
13. Acordar o seguinte calendário de reuniões tendo em consideração a próxima Assembleia Plenária da COMJIB, em 2019:
  - a. Reunião de Coordenadores Nacionais - março/abril. Esta reunião poderá ser realizada no Panamá, na sequência de oferta feita pelo Ministério de Governo ou em um dos Centros da AECID, segundo propôs Espanha;
  - b. Assembleia Plenária ordinária: eleição da Secretaria-Geral - junho/setembro.



**CONFERENCIA DE MINISTROS DE  
JUSTICIA DE LOS PAÍSES  
IBEROAMERICANOS**

**SECRETARÍA GENERAL**

14. Propor à Assembleia Plenária Extraordinária de Buenos Aires a modificação do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Funcionamento em vigor, no sentido de passar a constar que a duração do cargo de Secretário-Geral é de dois anos, prorrogáveis, por igual período, por duas vezes. Manter o regime como medida transitória enquanto decorre a revisão do Regulamento de Funcionamento.
15. Apoiar a Secretaria Técnica da COMJIB e os Secretários-Gerais Adjuntos na execução imediata, a partir de janeiro de 2019, do POA 2017 e a reformulação e execução do POA 2018.

*Em Buenos Aires, a 11 de dezembro de 2018.*

**ANDORRA**

Patricia Quillacq  
Chefe de Área de Relações e Cooperação  
Jurídica Internacional  
Ministério de Assuntos Sociais, Justiça e  
Interior

**ARGENTINA**

Nazareno Muñoz  
Diretor Nacional de Assuntos  
Internacionais  
Ministério de Justiça e Direitos Humanos

**BRASIL**

Rodrigo Antonio Gonzaga Sagastume  
Coordenador de Extradicação e  
Transferência de Pessoas Condenadas

**CHILE**

Juan Pablo Olmos  
Chefe da UCE

**COLÔMBIA**

Juanita López Patrón  
Vice ministra de Promoção da Justiça

**COSTA RICA**

José Fabián Solano Fernández  
Vice ministro



**CONFERENCIA DE MINISTROS DE  
JUSTICIA DE LOS PAÍSES  
IBEROAMERICANOS**

**SECRETARÍA GENERAL**

**CUBA**

Martha Estela Suri Pereda  
Diretora de Atenco a Bufs Coletivos e  
Sociedades Legais de Serviços  
Especializados

**GUATEMALA**

Axel Romero García  
III Vice ministro

**MÉXICO**

Tisbe Czares Mejía  
Agregada Legal para América do Sul

**PANAMÁ**

Diana Abad  
Assessora Executiva do Ministro

**PERU**

Fernando Castaeda Portocarrero  
Vice ministro

**REPÚBLICA DOMINICANA**

Rodolfo Espieira  
Procurador Adjunto

**ESPAHA**

Ana Gallego Torres  
Diretora Geral de Cooperao Jurídica  
Internacional e Relaoes com as  
Confissoes

**HONDURAS**

Franklin Sánchez

**NICARÁGUA**

Luis Gerardo Rodríguez Oliva  
Magistrado-Presidente Tribunal  
Apelaoes Mangua

**PARAGUAI**

Cristián Miguel Núñez Servin  
Diretor de Assuntos Internacionais

**PORTUGAL**

Mria Luisa Pacheco  
Subdiretora Geral da Direo da Política  
de Justiça

**URUGUAI**

Pablo Maqueira  
Diretor de Assuntos Constitucionais,  
Legais e Registais